

Câmara envia ao Senado o seu "pacote"

ESTADO DE SÃO PAULO

25 JUN 1986

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Com número anunciado na Casa — 251 deputados, embora em plenário não estivessem reunidos nem 20 —, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a redação final de 101 proposições votadas durante o "esforço concentrado" da semana passada. A Câmara também deliberou sobre os 15 projetos que constavam da pauta da ordem do dia, em "regime de prioridade", aprovando 11 e adiando a decisão sobre os demais. Hoje, o Conselho Político do governo reúne-se pela última vez, antes do recesso parlamentar, a fim de discutir a pauta de votação do Congresso para o segundo semestre, que deverá incluir, entre outros projetos, o pacote referente à violência que deixou de ser apreciado durante o "esforço concentrado" da semana passada. De acordo com uma liderança do PMDB, o conselho só se reunirá durante o recesso caso seja convocado extraordinariamente pelo presidente José Sarney.

Ontem mesmo, as matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados foram encaminhadas ao Senado, onde também terão de ser examinadas e submetidas a votação. Se alguma delas sofrer emendas eventuais, terá de retornar à Câmara. Os demais 154 itens da pauta não foram apreciados na mesma ocasião porque seguirão tramitação ordinária, sendo submetidos a análise somente às quintas-feiras.

Resumo dos projetos

Eis um resumo das proposições aprovadas pela Câmara:

— Proíbe a dispensa imotivada do trabalho;

— Sustenta as ações de despejo até 1º de março de 1987;

— Isenta do IPI os automóveis adquiridos pelos taxistas;

— Estabelece as normas para a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV (vai a sanção);

— Autoriza o Executivo a adotar medidas contra países que dificultem as exportações brasileiras;

— Autoriza viagens presidenciais;

— Institui incentivo fiscal às atividades culturais;

— Devolve ao TCU a atribuição de fiscalizar as verbas transferidas pela União aos Estados e municípios;

— Abre crédito de 1 bilhão e 500 milhões de cruzados para o Executivo subvencionar a produção leiteira;

— Regulamenta a lei que manda a Petrobrás pagar royalties aos Estados e municípios confrontantes com a plataforma submersa da onda extraíra gás ou petróleo;

— Coíbe o abuso do poder econômico nas eleições;

— Determina que as instituições financeiras oficiais divulguem as cotações de crédito subvençional;

— Manda os titulares de direitos minerários pagar indenizações aos Estados, territórios e municípios;

— Estabelece que os salários devem ser pagos até o último dia do mês ou quinzena vencidos;

— Institui pensão vitalícia de 2 salários mínimos para os excepcionais, a partir de 21 anos de idade;

— Manda rever os cálculos das aposentadorias na área da Previdência Social;

— Proíbe a nomeação ou contratação de servidor público (salvo concursados) nos 365 dias que antecedem as eleições e até o término do mandato dos chefes de Executivo;

— Isenta de impostos os veículos adquiridos para uso de paraplegicos;

— Torna obrigatório, nos hospitais, o diagnóstico precoce da fenilcetonuria e do hipotireoidismo congênito;

— Prorroga compulsoriamente os contratos de arrendamento rural;

— Institui a residência odontológica;

— Permite que os magistrados tenham "outras vantagens", além das já especificadas em lei;

— Torna obrigatória a declaração de bens para o exercício de cargo ou função pública;

— Dispõe sobre a competência dos sindicatos para fiscalizar o cumprimento das normas de proteção ao trabalho;

— Fixa em 60 anos a idade para a aposentadoria, por velhice, de ex-combatentes;

— Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS-Pasep;

— Autoriza os candidatos a usar os números que tinham na eleição anterior;

— Estabelece horário de divulgação, no rádio e na televisão, de um programa de defesa do solo arável e dos recursos naturais, a ser produzido pelo Ministério da Agricultura;

— Estabelece normas em defesa do patrimônio cultural do País;

— Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos;

— Dispõe sobre o aproveitamento de cegos no correio e nas empresas estatais de telecomunicações;

— Transfere ao empregador o ônus de provar inocência ou atenuação de periculosidade ou insalubridade no Trabalho;

— Fixa o número mínimo de candidatos que os partidos poderão registrar para as primeiras eleições de deputados em Brasília;

— Institui a "fiscalização democrática" das empresas de capital estrangeiro, mediante a obrigatoriedade da divulgação de informações;

— Assegura assistência médica integral a todo contribuinte da Previdência Social com dez ou mais anos de contribuição e a seus dependentes;

— Concede as telefonistas a aposentadoria aos 25 anos de trabalho;

— Permite aos municípios decretar feriado na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando a data não coincide com feriado religioso;

— Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões;

— Estabelece sanções para funcionários da Funai que permitam arrendamento ou invasão de terras indígenas;

— Determina que o preço e a validade sejam inscritos nas embalagens das mercadorias;

— Dispõe sobre o direito à percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos ministérios militares;

— Estende ao trabalhador rural o direito ao seguro de acidentes do trabalho;

— Cria, na Câmara, a comissão incumbida de fiscalizar os atos da administração direta e indireta da União, nos termos do art. 45 da Constituição;

— Torna obrigatório o emprego de substâncias retardadoras de combustão em materiais, utensílios e peças utilizados pelas indústrias automobilística e de construção civil;

— Cria juntas de conciliação e julgamento em Ronádonia;

— Altera as contribuições do segurado obrigatório do Instituto de Previdência dos Congressistas;

— Dispõe sobre a criação de cargos nos ofícios da Justiça do Distrito Federal;

— Cria a 15ª Região da Justiça do Trabalho;

— Cria a 14ª Região da Justiça do Trabalho;

— Cria cargos na Justiça do Trabalho;

— Aprova o acordo de Previdência Social firmado com a Grécia;

— Aprova o acordo de cooperação científica, tecnológica e industrial assinado com a Bélgica;

— Aprova o convênio constitutivo da corporação interamericana de investimento;

— Sustenta o processo-crime em curso no STF contra o deputado João Cunha;

— Cria funções no grupo-direção e assistência intermédias da Câmara dos Deputados;

— Dispõe sobre a lotação de servidores nas comissões permanentes da Câmara;

— Cria a categoria de técnico em material e patrimônio na Câmara;

— Cria, na Câmara, as categorias de operador de audiovisual, operador de máquinas, agente de encadernação e douração e agente de conservação e resolução;

— Altera dispositivos do estatuto dos militares no que se refere à idade-limite de permanência na ativa;

— Autoriza crédito de 40 milhões de cruzados em favor do Ministério da Educação;

— Aprova emenda do Senado ao projeto da Câmara que, modificando o art. 649 da Lei nº 5.869/73, torna impenhorável o imóvel rural de até um módulo (vai a sanção);

— Cria uma CPI, na Câmara, para apurar as causas e consequências da consolidação do polo petroquímico do Sul;

— Substitui a abreviatura pelos hemogramas periódicos para quem trabalha com radiações ionizantes;

— Manda adicionar 10% de farinha de milho na farinha de trigo;

— Regulamenta a profissão de barbeiro e cabeleireiro;

— Dispõe sobre a criação dos conselheiros federal e regionais dos arquivistas;

— Inclui o fotógrafo autônomo no quadro de atividades e profissões a que se refere o art. 577 da CLT;

— Acrescenta parágrafo ao art. 643 da CLT para estabelecer que as questões relativas ao empregador serventias judiciais e extrajudiciais serão decididas pela Justiça a que pertencem;

— Cria o polígono castanheiro da Amazônia;

— Manda misturar farinha de soja à farinha de trigo (quantidade, a critério do Executivo);

— Regulamenta a profissão de bachelê em relações internacionais;

— Altera a redação do item III do art. 475 do Código de Processo Civil;

— Dispõe sobre depósitos judiciais em bancos oficiais, a prazo fixo ou em open market;

— Acrescenta parágrafo ao art. 18 da lei que regula a ação popular, para que a sentença anule o ato repõe a coisa em seu estado anterior;

— Regulamenta o exercício da profissão de historiador;

— Assegura maior autonomia de trabalho aos integrantes das comissões internas de prevenção de acidentes;

— Dá nova redação ao item III do art. 530 da CLT, para abrandar requisitos que candidatos a dirigentes sindicais devem preencher;

— Acrescenta parágrafo ao art. 8º da lei que criou o FGTS;

— Assegura aos geólogos o regime de trabalho do pessoal de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo;

— Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei complementar nº 26, de 11/9/75, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos do Pasep para pagamentos das prestações da casa própria;

— Estabelece medidas para a comemoração dos 70 anos de existência do Código Civil;

— Autoriza a abertura de crédito no valor de até 16 bilhões e 608 milhões de cruzados em favor do Ministério das Minas e Energia;

— Inclui a categoria de inspetor de segurança judiciária no grupo atividades de apoio do quadro da secretaria do TFR;

— Dispõe sobre a transformação de encargos de representação de gabinetes na secretaria do TFR;

— Cria funções no Grupo Direção e Assistência Intermédia do quadro permanente da Câmara (trata-se de mais um projeto de resolução semelhante aos dois acima citados);

— Estabelece direitos de servidores da estinta Golap;

— Regulamenta a profissão de garçom;

— Modifica a redação do art. 71 da CLT, para assegurar intervalo mínimo de 2 horas em trabalhos contínuos que excedam a 6 horas;

— Manda computar as horas extras habitualmente prestadas no cálculo do descanso semanal remunerado;

— Altera o art. 102 do Código Nacional de Trânsito, para que, não identificado o infrator, a responsabilidade recaia no proprietário do veículo;

— Regulamenta o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos;

— Inclui os municípios de Cascavel e Pacajus na região metropolitana de Fortaleza;

— Reajusta a pensão da sr. Geni Silva Vivacqua, viúva do ex-senador Atílio Vivacqua;

— Dá nova redação ao Art. 2º do Decreto Lei nº 1.861, de 25.2.81, para restabelecer que as contribuições destinadas ao Sesi, Sesc, Senac, etc., terão, por base o salário mínimo e não o MVR;

— Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União em Boa Vista - RR;

— Declara "de utilidade pública" a associação São Pedro, de pesquisas científicas, com sede em São Paulo;

— Autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias-MA;

— Autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta-RS;

— Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana-RS;

— Autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste Paulista;

— Autoriza o Executivo a construir o Hospital Regional dos Trabalhadores, em Caxias do Sul-RS;

— Autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Cuite-PB;

— Autoriza o Executivo a instituir a fundação Universidade Federal do Amapá;

— Autoriza o Ministério da Agricultura a doar imóveis ao município de Viçosa-CE;

— Autoriza o Executivo a transformar a Escola Estadual Américo René Giannetti em Escola Técnica Federal de Uberlândia-MG;

— Autoriza o Executivo a criar uma vila da Justiça Federal em Campinas-SP;

— Autoriza o Executivo a criar e implantar a escola Agrotécnica Federal de Arapiraca-AL;

— Autoriza o Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola em Quixeramobim-CE;

— Autoriza o Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Paraná;

— Autoriza o Executivo a criar uma Escola Técnica federal em Imperatriz-MA;

— Autoriza o Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Norte de Minas;

— Autoriza o Executivo a instituir a Fundação de Ensino Superior de São João Del Rey-MG;

— Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba-SP;

— Idem em relação a Cametá-PA;

— Idem em relação a Vigia-PA.



Alencar Monteiro - 19/86